

“A VIOLÊNCIA TRAVESTIDA FAZ SEU TROTTOIR”1: uma análise da violência simbólica Bourdieusiana nas relações de orientação na pós-graduação em Administração

POLYANNA TORRES PINHEIRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)

BÁRBARA BARROS PAULINO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)

Agradecimento à órgão de fomento:

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa da Paraíba - Fapesq e da da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

“A VIOLÊNCIA TRAVESTIDA FAZ SEU TROTTOIR”¹: uma análise da violência simbólica Bourdieusiana nas relações de orientação na pós-graduação em Administração

Introdução

Quando se fala em violência, é comum associarmos à sua dimensão física ou material. Há, no entanto, uma nuance sutil e, muitas vezes, imperceptível da violência que permeia as relações sociais. Conceituada de “violência simbólica” por Bourdieu (2007), devido ao seu caráter não físico, esse tipo de violência é perpetrado por meio da imposição de um poder que se reveste de especificidades pouco visíveis.

Manifestado mediante formas legitimadas de conhecimento, comportamentos, valores, ou visões de mundo que são dadas como legítimas (Paulino, 2023) que acabam naturalizadas e internalizadas pelas pessoas, tornando-as subservientes às estruturas de poder dominantes, esse poder, ainda que não manifestado fisicamente, é igualmente danoso, pois opera por meio de símbolos e normas que moldam e restringem possibilidades coletivas de atuação e existência.

Alves, Espíndola e Bianchetti (2012), ancorados em Bourdieu, asseguram que o poder simbólico se legitima porque aqueles que estão posicionados como dominantes no campo são detentores de princípios diferenciadores (no sentido de Bourdieu), ou seja, de capitais, que os dominados não possuem. Estes dominados, com consciências organizadas e devidamente preparadas para reconhecer e crer nesse poder (na autoridade e superioridade dos dominantes), terminam por colaborar e submeter-se a ele.

A orientação acadêmica desempenha um papel fundamental no desenvolvimento acadêmico e profissional do estudante de pós-graduação. No entanto, por se tratar de um processo de construção de conhecimento firmado entre pessoas, é suscetível de ser permeado pelas subjetividades de seus agentes, orientadores e orientandos (Paulino, 2023). Isso faz com que nem sempre seja uma relação recíproca e igualitária, pautada no compromisso, na responsabilidade e na cooperação entre ambas as partes (Souza; Ramos, 2019). As dinâmicas hierárquicas subjacentes a estas relações, têm refletido formas de manifestação do poder e violência simbólica entre as partes envolvidas. Bourdieu oferece, portanto, uma lente teórica valiosa para compreender as relações de poder presentes nessas interações.

A partir dessa percepção, o problema de pesquisa que orienta este estudo é: *como a violência simbólica Bourdieusiana é exercida nas relações de orientação na pós-graduação em Administração no Brasil?* Para o desvelamento desta problemática, exploramos, na voz do orientando, como a violência simbólica bourdieusiana se manifesta nas relações de orientação na pós-graduação em Administração, os mecanismos pelos quais orientadores exercem poder simbólico e os sujeitam a esse tipo de violência, bem como as consequências disso para a sua formação acadêmica e profissional.

É fundamental a realização de um trabalho que coloque o orientador e o orientando no centro da discussão. Ao fornecer uma análise crítica e reflexiva sobre a prática de orientação a partir de uma lente teórica, desvelando os mecanismos e efeitos da violência simbólica, este estudo é útil para suscitar o esclarecimento e a conscientização (principalmente desses agentes) sobre formas sutis de violência presentes nas relações de orientação da pós-graduação. Mais do que isso, propõe uma reflexão acerca de mudanças necessárias nas estruturas de poder dessas relações. Acreditamos que, ao abordar a violência simbólica nos espaços acadêmicos, isso ajuda a mitigar os seus efeitos e a combatê-la.

A relevância dessa análise também é fácil de ser percebida quando se pensa nas implicações para o desenvolvimento do próprio programa de pós-graduação, cujos resultados podem ser comprometidos quando as relações no seu interior são influenciadas por crises e

distúrbios, em função do desvirtuamento dessa relação de poder entre orientando e orientador. Por exemplo, pode haver aumento nos níveis de estresse, adoecimento, evasão, dilatação de prazos para defesa e intenso desestímulo para a carreira acadêmica (Pinheiro, 2022).

Importante também salientar que a queda pelo interesse pela carreira acadêmica vem ganhando notoriedade em recentes artigos e reportagens baseadas em relatórios da Agência Federal de Apoio e Avaliação da Pós-Graduação (CAPES), segundo alguns exemplos: “Brazil’s plummeting graduate enrolments hint at declining interest in academic science careers. The total number of individuals entering master’s and doctoral programmes dropped 12% between 2019 and 2022, reaching the lowest level in nearly a decade” (Andrade, 2024), (Queda acentuada nas matrículas de pós-graduação no Brasil sugere um declínio no interesse em carreiras científicas acadêmicas) (tradução nossa); “Cai interesse por programas de pós-graduação no país” (Revista Pesquisa.Fapesp, 2024); “Sistema de pós-graduação no país enfrenta queda na procura, ociosidade de vagas e fuga de cérebros” (Nexo, 2024).

Dentre os desestímulos financeiro e social para os cursos de mestrado e doutorado no Brasil, é importante refletir sobre o papel que as violências simbólicas vivenciadas na pós-graduação exercem ao impactar e contextualizar o desestímulo e a falta de interesse ou mesmo de continuidade pela carreira acadêmica. Afinal, as políticas e a cultura institucional da pós-graduação, que inclui expectativas em torno de publicações, interesses pessoais, financiamento, prazos para conclusão, por exemplo, influenciam as relações de poder neste contexto. Além disso, também é importante olhar o orientando como possível agente reproduzidor das mesmas práticas deletérias oriundas de uma experiência negativa de orientação, alimentando um círculo vicioso que compromete o processo de formação e de produção do conhecimento na academia.

Além desta introdução, no próximo capítulo, apresentamos o referencial teórico, contemplando primeiramente a teoria bourdieusiana, e em seguida, a violência simbólica nas relações de orientação. Posteriormente, apresentamos a metodologia de pesquisa adotada, seguida da apresentação e discussão dos resultados alcançados, finalizando com as considerações finais e referências utilizadas.

Teoria bourdieusiana

Uma das maiores vertentes do pensamento de Pierre Bourdieu em suas obras, reside no entendimento dos mecanismos de reprodução das desigualdades sociais. Nessa perspectiva, Bourdieu faz uso dos conceitos ou noções (Sá, 2018) de campo, capital, *habitus* e de poder simbólico e violência simbólica.

De acordo com o ponto central da sociologia de Bourdieu, as práticas dos agentes no campo acadêmico-científico estão diretamente relacionadas à posição que ocupam nesse espaço social (perspectiva relacional) e às suas disposições (perspectiva disposicional) (Bourdieu, 1996). O campo acadêmico-científico é descrito por ele como um mundo físico que comporta relações de força e de dominação. Por relações de força, Bourdieu considera as relações de poder entre os agentes que fazem parte deste campo, sejam eles indivíduos, sejam instituições (Bourdieu, 2004).

A noção de campo como um “campo de forças” implica entendê-lo como um lócus de enfrentamentos entre os diferentes agentes nele inseridos para conseguir a posse do capital que rege a sua dinâmica. Em cada campo social, o capital adquire seu valor específico. Nesse sentido, a estrutura do campo acadêmico-científico é determinada pela distribuição do capital científico (Bourdieu, 2004) entre os seus agentes. Isso corresponde a dizer que, o que rege as lutas entre os agentes engajados nesse campo é esse tipo específico de capital, uma espécie de capital simbólico. O capital simbólico é quem faz uns aos outros se reconhecerem como relevantes no campo.

No campo acadêmico-científico, esse reconhecimento é garantido por meio de um conjunto de sinais de consagração. Esses sinais são adquiridos e assim expressos através de

diversas práticas que, nesse campo terminam por ser recorrentes, por exemplo: quando se tem artigos publicados, principalmente em revistas de prestígio; quando os agentes (indivíduos ou instituições) adquirem a capacidade de obtenção de recursos para pesquisas (bolsas e financiamentos); ou mesmo quando conquistam prêmios (Antunes; Rodrigues; Brandão, 2019; Costa; Martins, 2017).

O campo é também um espaço de relações de dominação, o que quer dizer que a acumulação desse capital que rege a dinâmica ou o “jogo” do campo pode levar um determinado agente a ocupar uma posição eminente (privilegiada) no seu interior (Bourdieu, 2004). Em um espaço no qual os agentes podem deter níveis diferentes de acumulação de capital, e consequentemente de posições, a posição que o agente ocupa na estrutura irá determinar suas possibilidades e impossibilidades dentro dele (Bourdieu, 2004), ou seja, o seu poder de impor significados.

Tendo isso em vista, o campo acadêmico-científico é um espaço no qual os seus participantes se enfrentam com meios (ou capitais) e fins (correspondentes ao nível de acumulação desses mesmos capitais) diferenciados. Ele é, portanto, um lugar de conflitos, no qual os seus agentes, com base na posição que ocupam no seu interior, contribuem para a conservação ou para a transformação de sua estrutura (Bourdieu, 1996) ou das relações de forças vigentes. Assim, é um campo relacional, expressado por forças simbólicas entre os agentes, que estão sujeitos às pressões do próprio campo (Bourdieu, 2017).

A partir dessa discussão, percebemos a possibilidade de a relação entre orientador e orientando ser permeada por uma espécie de poder que Bourdieu designou de poder simbólico, um poder que se reveste de especificidades pouco visíveis, e que se manifesta no sentido de conservar o poder/posição (do orientador) no campo e de contribuir para a perpetuação dessa relação. O orientador detém nível de capital suficiente para ocupar posição dominante na relação com o orientando, que reconhece a sua “autoridade” e “superioridade”, amplificada pelo fato de ser portador de conhecimentos e de uma posição institucional que o orientando não possui (Alves; Espíndola; Bianchetti, 2012). Sendo manifesto esse poder (do orientador), a relação orientador-orientando pode ser perpassada pela violência simbólica bourdieusiana.

A teoria de Bourdieu lança luz sobre como o poder é exercido e reproduzido em sociedades complexas, destacando a importância dos capitais econômico, cultural e social na manutenção das hierarquias sociais (Bourdieu, 2017). Portanto, a violência simbólica na orientação pós-graduada pode se manifestar de maneiras diversas, incluindo a imposição de valores e normas acadêmicas, a restrição do acesso a recursos e oportunidades, assim como a reprodução de hierarquias de gênero, raça e classe. Essas práticas têm o potencial de marginalizar grupos minoritários e reforçar desigualdades estruturais no ambiente acadêmico.

Chamamos atenção para as contradições dessas violências simbólicas: embora sutis e quase imperceptíveis, estão enraizadas nos espaços sociais, são intencionais (no sentido de imposição de uma forma de poder e dominação), e podem ser agressivas e opressoras. É a partir da sua dissimulação que a violência simbólica se estabelece nas relações de poder.

Violência simbólica nas relações de orientação

Partir da lente teórica bourdieusiana para pensar o funcionamento do campo acadêmico implica o (re)conhecimento de que ele é um espaço de poder instituído. Pois, é no campo simbólico, constituído por maneiras de ver e pensar, que se dá a produção social da violência simbólica (Santos, 2015). Referindo-nos de forma particular ao campo de poder relacionado à pós-graduação — as relações entre os agentes que dele fazem parte, especialmente entre aqueles que ocupam o papel de orientadores e de orientandos —, são passíveis de serem permeadas por uma espécie de poder que esse autor designou de “poder simbólico”: um poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (Bourdieu, 1989, p. 8).

Dessa forma, o poder simbólico é um poder que se supõe ser exercido pelos orientadores de uma forma quase mágica sobre os orientandos porque aqueles são detentores de capitais e de posições institucionais constantemente (re)conhecidos pelos orientandos, que os “veem” ocupando uma posição eminente no campo de poder da pós-graduação e, de forma mais particular, na relação orientador-orientando. Esse poder do orientador acaba por ser legitimado pelos orientandos, na medida em que se submetem às ordens do orientador, de forma consciente ou não (Alves; Espíndola; Bianchetti, 2012).

Considerados esses aspectos, é possível dizer que o poder simbólico é uma espécie de poder que, sendo manifesto, sujeita os que a ele se submetem a um tipo de violência que Bourdieu designou de violência simbólica. É o poder simbólico que executa a violência simbólica. Essa forma de violência resulta do processo de dominação e se manifesta de maneira simbólica nas interações sociais entre dominantes e dominados (Bourdieu, 2007). Portanto, estabelecendo-se como uma forma de violência invisível, ela se impõe numa relação do tipo subjugação-submissão, cujo reconhecimento e cumplicidade fazem dela uma violência silenciosa e não arbitrária, que ainda assim é tão lesiva quanto as mais diversas formas de violência que existem, físicas ou não (Rosa; Brito, 2009).

A violência simbólica é compreendida pela dominação de um grupo sobre outros por meio da construção e da legitimação de símbolos que, além de dominar, auxiliam na construção de distinções entre os grupos. Esse tipo de violência é sutil, exercida simbolicamente por meio da comunicação e do conhecimento daquele que detém o poder. Bourdieu nos leva a refletir a violência simbólica como uma espécie de via de mão dupla, ou seja, como uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e, também, daqueles que a exercem (Bourdieu, 1997). Isto porque a dominação ou violência simbólica são formas de coagir baseadas em acordos inconscientes entre estruturas objetivas e mentais (Bourdieu, 2014).

A violência explícita é socialmente reprovada e suscetível a uma defesa imediata ou fuga da vítima, diferente da violência simbólica, que é invisível, branda e, muitas vezes, não reconhecida pelos sujeitos como tal, ao passo em que ela é estrategicamente dissimulada e naturalizada. Essa sutileza reside no fato de que, para estabelecer relações de dominação, são utilizadas estratégias que não revelam a sua verdadeira natureza (Bourdieu, 1990). Não é incomum que os dominados não reconheçam que estão sendo vítimas de violência simbólica (Souza, 2014), esse poder que permeia relações humanas de modo incompreensível. Em suma, a violência simbólica é eufemizada e censurada, sendo uma violência irreconhecível e reconhecida, pois a maneira em que essas relações de dominação são estabelecidas são através de estratégias que não revelam a sua natureza (Colle, 2018).

Portanto, é no fato desconhecido que a violência simbólica acontece, pois é uma forma de poder que não é visivelmente percebida. Afinal, o poder simbólico é um poder invisível que só pode ser desempenhado por aqueles que estão sujeitos a ter em uma relação em que exercem o poder (Macedo, Azevedo e Quintana, 2023).

Salientamos que, muitas vezes, essa inconsciência ou falta de reconhecimento sobre a violência simbólica sofrida precisam de uma certa reflexão ou mesmo percepção *a posteriori* para ser vista e reconhecida como tal. Outro fato característico é a respeito da normalização das circunstâncias violentas, pois elas podem se estender por um longo tempo e, só depois de um certo afastamento da situação, aquele que sofre dessa dominação toma a dimensão sobre os aspectos violentos da relação.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa foi realizada a partir de entrevistas *online* do tipo história oral com nove estudantes (sete mulheres e dois homens) de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Administração de diferentes regiões do Brasil, que ocorreram entre o período de 2020 e 2022. Ela deriva de uma tese de doutorado e de uma dissertação de mestrado envolvendo o mesmo

método e perfil de participantes (estudantes de pós-graduação em Administração no Brasil). Isso justifica a realização das entrevistas em períodos distintos.

Os participantes orientandos foram recrutados por meio da amostragem “bola de neve” ou *snowball sampling* (Bailey, 2019). Esse processo consistiu em iniciar entrevistas com informantes acessíveis, e utilizar as referências desses para expandir os sujeitos entrevistados. Todos os entrevistados consentiram a gravação das entrevistas, e o material foi transcrito pelas autoras para interpretação dos dados a posteriori.

Foram atribuídos nomes fictícios aos participantes com a finalidade de assegurar a sua não identificação na pesquisa. Também foram suprimidos dos diálogos referências a nomes de instituição, programas de pós-graduação, professores, orientadores, grupos ou temas de pesquisa e nomes de cidades, de modo a preservar os dados que pudessem identificá-los(as).

A entrevista de história oral tornou possível recuperar aquilo que não encontraríamos em documentos de outra natureza, visto que, nela, pudemos identificar acontecimentos pouco esclarecidos ou nunca evocados, e experiências pessoais dos entrevistados (Alberti, 2013). Dada a natureza invisível da violência simbólica, aqui, conseguimos acessar, através dos relatos dos orientandos, o modo como ela transpassa as relações entre orientadores e orientandos.

Importa salientar que a violência simbólica não foi o tema central nas entrevistas. No entanto, utilizamos fragmentos que caracterizam esse fenômeno nas histórias dos participantes para representar, ilustrar e ajudar a compreender como a violência simbólica é exercida nas relações entre orientadores e orientandos de programas de pós-graduação em Administração no Brasil. Portanto, considerando que a violência simbólica em Bourdieu (2007), resulta do processo de dominação e se manifesta de maneira simbólica nas interações sociais entre dominantes e dominados, conseguimos identificar essa prática nas histórias dos estudantes.

O material resultante das entrevistas de história oral com os participantes orientandos foi interpretado mediante análise da narrativa. A forma de raciocinar os dados foi definida a priori (Bispo, 2020), utilizando como subsídio teórico a praxeologia Bourdieusiana. A interpretação foi efetuada subsidiando-se nos indissociáveis conceitos bourdieusianos de campo (sendo a pós-graduação como local de conflito), capital (que determina as posições dentro da relação), poder simbólico (exercido pelos dominantes sobre os dominados) e violência simbólica (produto do poder simbólico) — para investigar o fenômeno. Afinal, esses conceitos não podem ser definidos de forma separada e precisam uns dos outros para se sustentarem e serem utilizados apropriadamente (Sá, 2018).

Em linhas gerais, as interpretações foram desenvolvidas tendo em vista o ponto central da praxeologia bourdieusiana de que as práticas dos agentes no campo estão diretamente relacionadas à posição que ocupam nesse espaço e às suas disposições (Bourdieu, 1996). Neste sentido, as interpretações das entrevistas dos participantes (orientandos) foram direcionadas pelo posicionamento teórico de Bourdieu (2004), de que o campo acadêmico-científico é um espaço no qual os agentes possuem níveis diferenciados de acúmulo de capital, que serve de explicação para a posição que ocupam no seu interior, bem como para a maneira como nele interagem e tomam posições.

Apresentação e discussão dos resultados

A violência simbólica é expressa mediante formas sutis de imposição de poder, que são internalizadas pelo indivíduo, e demarcam as relações e as experiências dos estudantes. Ela se apresenta nas diferentes performances provenientes ou diretamente relacionadas a situações de orientação, pode ou não ser reconhecida como violência, e reflete as dinâmicas de hierarquia, poder e as normas culturais do ambiente acadêmico.

A partir dos dados empíricos foi possível chegar à constatação de que o orientador é a figura central da orientação, e que a prática de orientação pode ser perpassada pela violência simbólica a depender do modo como o orientador conduz a prática e o orientando lida com a

relação. A violência simbólica (e suas nuances) permeou os relatos dos estudantes, evidenciada pelas relações de poder entre orientadores e orientandos, e está representada pela categorização dos seguintes tópicos: “imposição de normas condicionantes”, “desqualificação do estudante” e “ausências”.

Imposição de normas condicionantes

No relato da orientanda de doutorado, Júlia, ela expõe o seu reconhecimento do poder que o orientador reveste e pode exercer na relação de orientação, e o medo que, em virtude disso, sente despertado com relação a (possíveis) atitudes (do orientador):

[...] Não, não, nunca, jamais eu diria isso diretamente a ele [...] **não falaria por uma questão de hierarquia**. Porque como eu falei, né, **as relações são muito assimétricas. O professor tem muito poder, o aluno não tem nenhum**. Quase nada, né? Então, **eu tenho medo. Medo de represália, medo de que de alguma maneira a minha carreira possa ser prejudicada. Medo de que em algum dia eu encontre um o professor numa banca, e ele me reprove**, tanto por já ter vivido em outros momentos, quanto por ouvir falar, porque as histórias estão aí aos montes né? De professor que dificulta a vida do aluno, que persegue o aluno. Nessa relação assimétrica, que ele tem muito poder, **pode prejudicar** de alguma maneira, **pode limitar minha vida, impedir várias coisas** [...] Eu nunca, **jamais, me colocaria numa situação em que eu possa ferir o ego dele** [...] **Não vou jamais enfrentá-lo** e pronto [...] Toda relação próxima vai ter conflito. Principalmente relações que tem uma grande **assimetria de poder**, que é o caso da relação orientador orientando, né? [...] (Júlia) (grifo nosso).

É possível perceber, pelo fragmento da narrativa da orientanda Júlia, o capital simbólico do orientador sendo reconhecido, sob a premissa de que (o orientador) é um agente que possui “poder” na relação de orientação, e que pode exercitá-lo mediante atitudes por ela nomeadas de “represálias”, “reprovações”, “impedimentos”, “limitações”. A fala da estudante Júlia chama a atenção para como a (sua) relação de orientação acadêmica é hierárquica e “assimétrica”, ao admitir que o poder exercido pelo orientador lhe provoca medo, direcionando as suas atitudes no processo de formação pós-graduada.

A sutileza da violência simbólica nesta fala se expressa pelo despertar do medo como um símbolo do poder, que é espécie de uma violência invisível. Afinal, como destaca Bourdieu (2007), é o poder simbólico que executa a violência simbólica, ou seja, ela resulta do processo de dominação e se manifesta nas interações sociais entre aqueles que exercem o poder e aqueles que se submetem a ele.

Na fala da estudante de doutorado Calina, esse exercício da violência simbólica do orientador fica mais evidente, quando ela percebe a imposição de poder praticada pelo seu orientador:

O que ele fez comigo foi uma violência, de me colocar num lugar de louca, num lugar de pessoa que não tem conhecimento, sendo que eu não tava fazendo nada errado, né? Mas aí eu escrevi pra ele as coisas bravona lá na biblioteca da [INSTITUIÇÃO]. E ele me respondeu na hora, ele só falou assim “**não, eu sou seu orientador e eu quero que você faça porque você recebeu bolsa e é o mínimo de retorno que você tem que dar**”. **E foi superviolento também nessa escrita**. Aí eu respondi, “muito bem, agora que você, que você tá usando o seu lugar de poder como orientador e quer que eu faça, eu faço. Outra coisa, sobre a bolsa e o Governo Federal investir em mim, ser dinheiro público, o Governo investe em mim desde a minha graduação, que eu estudo numa universidade pública, receber bolsa não é o único investimento que o Governo fez em mim. Sobre a bolsa, gastei tudo vivendo numa cidade que não é a minha e indo em congressos caríssimos que a universidade não me proporciona. Inclusive, gastei muito mais do que eu recebi de bolsa”. Bom, mandei pra ele [...] E, **enfim fiz o artigo que ele queria**. Tipo assim, que eu não queria mais ser uma heroína nem nada. Eu só queria terminar aquele negócio, e que era o que eu dava conta de fazer (Calina) (grifo nosso).

Neste contexto, cabe destaque para o seguinte processo: a orientanda Calina identifica a violência exercida, responde ao orientador, no entanto, acaba realizando o trabalho da forma que ele impôs, pois reconhece o poder que ele exerce na relação de orientação. É comum que orientandos possam sentir-se obrigados a adotar opiniões e abordagens dos seus orientadores, mesmo que diverjam de suas próprias convicções ou interesses acadêmicos, devido (novamente) ao medo de repercussões negativas.

Ao invés da busca genuína para adquirir conhecimento (Brandão, 2010), para aprender e compreender o conteúdo, é possível que o estudante termine limitando-se ao cumprimento de regras impostas (pelo orientador), o que pode comprometer a profundidade e qualidade da sua formação. Assim, se estabelece uma forma de violência simbólica que se impõe numa relação de subjugação-submissão (Rosa; Brito, 2009), exercida simbolicamente através da comunicação e do conhecimento (Bourdieu, 1997). É o que se pode inferir no relato da doutoranda Helena:

[...] Ela se colocava nesse papel de tipo assim, **“ah, eu sou professora, aqui eu sou a orientadora, e pronto, você tem que fazer o que eu digo”**. Por exemplo, ela não era aquela professora de lhe xingar, como tem professores que lhe xingam, que dizem que você faz tudo errado. Ela lhe criticava e **ela exercia aquela autoridade com simplesmente a indiferença dela**, sabe? Era a forma elegante de falar que nada mais está lhe destruindo. Era a forma que ela usava pra orientar. Era tipo assim, "ah, eu sou uma Lady, eu sou educadíssima, eu sei falar baixo e tudo mais", mas não deixa de estar ali emitindo uma crítica [...] **a indiferença dela, para mim, era a resposta de tudo**. É que tipo assim, ela não queria estar ali orientando, entendeu? (Helena) (grifo nosso).

A violência simbólica também pode ser sutil, transcorrendo pelo meio social de forma dissimulada (“a violência travestida faz seu *trottoir*”), de modo que a única forma de estabelecer relações de dominação é a partir da utilização de estratégias que não revelam sua verdadeira intenção, sua verdadeira dominação (Colle, 2008). A fala do estudante de doutorado Luiz, também reflete a intenção do orientador de arbitrar sobre o seu desempenho, de forma condicionante.

Mas a minha relação com ele nem sempre foram rosas. No começo foi bem difícil, sim [...] É... eu estava saindo de uma disciplina e o professor passou no corredor. Eu falei com ele normal, cumprimentei e falei com ele. **Ele foi bruto esse dia comigo, viu? Bruto, bruto comigo e na frente dos meus colegas e isso me constrangeu bastante**. Tentei levar numa boa, mas, notório que foi chato, totalmente, muito chato o que ele fez comigo. **Ele me deu uma dura na frente de todo mundo porque eu não tinha participado de um curso que ele tinha pedido pra eu fazer** [...] Não fui, simplesmente não fui e dei a minha desculpa lá na hora. E ele não aceitou. Ele: **“porra, tá de brincadeira?” Ele falou bem assim, bem grosso, né?** [...] Então assim, é uma pessoa rígida, **se você seguir tudo que ele pede à risca, você vai ter um ótimo relacionamento com ele** [...] Desde que você chegue na hora, entregue **o que ele quer e faça o que ele pede**. Se não for assim, é melhor procurar outra pessoa pra orientar porque não vai dar certo. [...] Então, **eu me adequei desde o começo** [...] Aí fui com o jogo de cintura, levava reclamação, me justificava, ele entendia mais ou menos, e aí nós íamos levando a nossa relação [...] **não fazer o que ele queria, quando ele queria, levava a situações constrangedoras e podia lhe prejudicar, dependendo do aluno, porque se você [...] internalizar isso de uma forma negativa você acaba como um colega meu, desistindo** (Luiz) (grifo nosso).

As relações entre orientadores e orientandos são frequentemente caracterizadas por uma hierarquia implícita, com os primeiros obtendo o controle sobre aspectos cruciais da carreira desses últimos, por meio de direcionamentos de pesquisa, aprovação de projetos, publicações, redes de contato etc. Afinal, o que define a estrutura do campo acadêmico-científico é a distribuição desigual do capital científico entre os distintos agentes nele inseridos. Assim, os orientadores possuem um nível de capital suficiente para ocupar posição dominante na relação com seus orientandos, que reconhecem a sua “autoridade” e “superioridade”, amplificada pelo

fato de o orientador ser portador de conhecimentos e de uma posição institucional que o orientando não possui (Alves; Espíndola; Bianchetti, 2012).

As hierarquias sociais, assim como os sofrimentos que elas causam, são produzidas e mantidas inicialmente não pela força física, mas pelo exercício de forças de dominação simbólica (Grenfell, 2018), e essas hierarquias precedem a violência simbólica. Na fala do estudante Luiz, a violência simbólica se caracteriza devido a uma condição estabelecida previamente, por meio de comportamentos esperados e pela adesão de que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante o poder, se estabelecendo uma forma incorporada de dominação (Bourdieu, 1997), sendo vista como natural e até esperada. Mesmo porque, a dominação ou violência simbólica são formas de coagir baseadas em acordos inconscientes entre estruturas objetivas e mentais (Bourdieu, 2014).

Para além disso, também a brutalidade na comunicação, o constrangimento perante os pares e a imposição de regras, sob a condição de abandono da orientação, são elementos dessa violência simbólica exercida pelo orientador. A dinâmica das relações vai se constituindo através do atendimento às normas comportamentais e acadêmicas impostas pelo orientador, sob a condição de abandono da orientação ou mesmo possíveis prejuízos sofridos pelos orientandos. Assim, há uma certa “aceitação” da violência simbólica, levando os agentes a reproduzirem uma realidade que se faz parecer inevitável (Macedo; Azevedo; Quintana, 2023). A violência simbólica acaba sendo, portanto, como uma espécie de via de mão dupla, como uma violência daqueles que a exercem com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem (Bourdieu, 2017).

As imposições de normas acadêmicas condicionantes se manifestam como uma violência simbólica, refletindo-se nas experiências e trajetórias dos estudantes de maneiras complexas (como a possibilidade de desistências, ou outros sofrimentos) e, frequentemente, danosas (Levecque et al., 2017; Slaby et al., 2019). Os efeitos sociais de inadequação às normas e regras impostas podem despertar sentimentos compartilhados entre estudantes de pós-graduação de incapacidade, inferioridade, insuficiência, crises de ansiedade, depressão, reações físicas intensas, além das desigualdades, discriminações e preconceitos enfrentados a partir dessas relações violentas (Pinheiro, 2022). Estudantes que não conseguem se adaptar às normas podem internalizar sentimento de culpa e inadequação (Catalán *et al.*, 2006; Oliveira; Conceição, 2018), acreditando que suas dificuldades são resultado de falhas pessoais em vez de uma inadequação das normas rígidas ao seu contexto.

Desqualificação do estudante

É igualmente possível que o poder e a violência simbólica possuam uma nuance mais explícita e arbitrária, expressando-se através de cobranças em público, comentários negativos, e na desvalorização e desqualificação dos esforços do estudante. Isso fica ainda mais evidente na experiência da orientanda de doutorado Heloise, que fala sobre a rudeza da comunicação e desmerecimento manifestados na relação com o seu orientador:

Eu fui com uma proposta e aí ele desqualificou a minha pesquisa e disse que eu não estava preparada pra ser uma doutora porque eu tinha medo de encarar as coisas. Eu disse a ele que não estava preparada pra fazer um experimento, que eu tinha feito a disciplina de quanti, mas eu não me identificava. Nesse momento, ele soltou os cachorros em cima de mim, eu saí da sala arrasada. Eu estava supersatisfeita, animada com a proposta. Quando eu chego pra ele [ORIENTADOR], ele... acabou. Tipo, só faltou dizer assim, “minha filha, isso nem pra um TCC serve” [...] Marquei a reunião, foi por chamada de vídeo. Aí eu disse um monte de coisa a ele, só que sempre quando eu falo dos meus problemas a ele, ele me trata como se eu fosse fraca, sabe? Tipo assim, esse problema tá acontecendo porque você é fraca, você não sabe encarar as coisas, isso é coisa de pós-graduação mesmo, que quem passa pela pós-graduação e quem faz pesquisa tem que passar por isso (Heloise) (grifo nosso).

O exercício da violência simbólica pode ser percebido pela dominação de um grupo, por meio da construção e da legitimação de símbolos que, além de dominar, auxiliam na construção de distinções entre os grupos (Bourdieu, 1997). A experiência de orientação de Heloise suscita a reflexão acerca de como a lógica cotidiana das práticas da pós-graduação invisibilizam as relações de poder entre orientadores e orientandos. O trecho de sua fala nos coloca na posição de refletir sobre a força que pode ser imposta pelo orientador para que se adeque às normas acadêmicas específicas (pois a proposta foi desqualificada pelo orientador), incluindo estilos de escrita, metodologias e temas de pesquisa, limitando a autonomia acadêmica. Nesta situação, fica perceptível como o desmerecimento (por meio de comentários depreciativos) da estudante é violento, contribuindo para um ambiente acadêmico hostil e excludente.

O relato dos doutorandos Luan e Alice, também revelam as tentativas de desqualificação do trabalho e do desempenho exercidos pelos seus orientadores:

Eu me lembro que ela chegou muito claramente pra mim e falou assim “ah, você já... você...”, nem sei qual foi o termo que ela usou, **“você já bagunçou completamente o campo, já estragou”** [...] E eu não conseguia dialogar com ninguém porque só tinha ela que estudava essa teoria [...] **Botava no papel, enviava pra ela, ela me chamava e começava os xingamentos [...] Ela só dizia, “não está bom” e esculhambava e mandava embora e mandava fazer outro.** Aí eu ia tinha outra ideia sozinho também e tal, não sei o quê. Botava no papel, **levava a esculhambação também.** Aí, assim, foi assim até a defesa. [...] (Luan) (grifo nosso).

Então, também não era uma orientação muito, assim, boa. E tinha o agravante de que ela não dava uma orientação particular, focada pra mim [...] Então assim, ela tem um monte de orientando porque isso dá fruto, né? [...] E aí, ela também não está de fato escrevendo em campo, sabe? Ela está sempre só ali dando espetáculos dela. [...] eu fiz uma disciplina ministrada por ela no primeiro ano de doutorado, aí eu cheguei na sala de aula e lembro que ela virou pra mim e falou assim **“Caramba, mas você vai é devagar hein? Você até hoje não mandou...”**, sei lá, um negócio que ela tinha pedido pra eu mandar de escrita. [...] **E aí ela me cobrou isso na frente de todo mundo da turma.** [...] depois de um tempo, eu descobri que **ela falava mal de mim pra outros professores pelas costas [...] E aquilo pra mim foi... eu fiquei muito acabada porque eu fazia tudo que ela pedia** (Alice) (grifo nosso).

Se pensarmos as experiências de orientação dos estudantes Luan e Alice à luz da praxeologia bourdieusiana, é possível interpretar que ambas foram atravessadas pelo poder simbólico (Bourdieu, 1989) e violência simbólica exercidos pelos seus orientadores, exemplificados pelos “xingamentos”, “esculhambações” e “cobranças” sofridos. Pode-se inferir que um poder simbólico era exercido nessa relação quando os orientadores, por serem portadores de conhecimentos e de uma posição institucional que os orientandos não possuíam (Alvez; Espíndola; Bianchetti, 2012), e, portanto, de capital cultural suficiente para ocupar a posição dominante em relação aos seus orientandos (Alves; Espíndola; Bianchetti, 2012), viam-se em uma posição que, supostamente, dava-lhe o “poder” para agir de tal maneira.

Este poder simbólico exercido (pelo orientador) reflete valores e experiências de grupos dominantes, ignorando a diversidade de perspectivas e experiências da formação do estudante. O poder simbólico foi manifestado nessas relações de orientação, porque o poder do orientador (diretamente ligado à posição que ocupa no campo e, particularmente, na relação) é constantemente conhecido e reconhecido pelos orientandos, que, submetidos a ele, estiveram sujeitos a uma violência simbólica (silenciosa), que parece ter sido tão lesiva quanto as outras diversas formas de violência que existem, físicas ou não (Rosa; Brito, 2009), o que levou, por exemplo, a orientanda Alice a expressar a reação de estar “acabada”.

A desqualificação pode marginalizar ou criar barreiras para estudantes que não possuem o capital cultural necessário para navegar nesse ambiente, dificultando seu progresso e sua formação, além de minar sua autoestima e afetar negativamente a sua autoimagem e percepção de competência acadêmica.

Desmerecer o estudante em seu processo de formação, enquanto manifestação da violência simbólica, além de consolidar as estruturas de poder, perpetua desigualdades, impacta o bem-estar e a criatividade do estudante, sendo capaz de afetar sua trajetória acadêmica e profissional. A pressão para se adequar ou se conformar às normas impostas pode gerar altos níveis de estresse e ansiedade, especialmente quando os estudantes sentem que estão constantemente sendo avaliados, julgados ou penalizados, além de provocar um esvaziamento de sua perspectiva crítica e reflexiva, que vêm de outros contextos culturais e epistemológicos.

Abordar e aprofundar temas como o poder acontece nos espaços de pós-graduação também significa compreender os impactos emocionais da violência simbólica nas relações de orientação (Torres; Bispo, 2024). É preciso compreender os papéis afetivos exercidos nas interações (Slaby; Mülhoff; Wüschner, 2019) dentro dessas estruturas de poder, pois, são nos arranjos afetivos vinculados a essa estrutura de poder promovida pelo ideal de adequação e de excelência acadêmica que as práticas da pós-graduação acabam se constituindo.

Ausências

Embora seja uma parte essencial do processo de formação discente na pós-graduação, a orientação é tratada nos programas de pós-graduação de forma vaga e genérica, estando sujeita aos critérios individuais do orientador sobre o que fazer, e como desenvolver as suas ações (Costa; Sousa; Silva, 2014), o que representa o poder que detém na relação da orientação. Desse modo, como a atividade de orientação é um processo firmado essencialmente por pessoas, isso implica dizer que essa prática é suscetível de ser permeada pelas subjetividades de seus agentes, orientadores e orientandos, que podem acabar por destituir-se de seus papéis (Paulino, 2023).

Com foco nas atitudes do orientador, a ausência de orientação também foi identificada como uma forma de exercício de violência simbólica, sendo a ausência, propriamente, um símbolo desse poder.

Pensando a orientação acadêmica sob essa lógica das “ausências”, é possível inferir que um poder simbólico é exercido (pelo orientador) na relação, quando o orientador, em virtude do seu capital cultural, precisamente em seu estado institucionalizado, representado pelo título (diploma) de doutor que detém (Bourdieu, 1999) e da posição que este lhe confere na relação de orientação, se sente no direito de fazer uso de seu poder dentro do campo para agir de modo ausente.

Da vivência da orientanda de mestrado Celia, no processo de orientação, é possível perceber uma situação na qual o professor-orientador agiu de forma ausente na compreensão e no desenvolvimento do seu trabalho.

Eu acho que a pesquisa foi muito difícil pra mim porque eu me propus a entrar num tema completamente novo, **não é minha área, não fazia ideia do que eu tava fazendo, e a proposta do tema não veio de mim, veio do meu professor, é um tema que ele já trabalhava, então ele que propôs o tópico de pesquisa.** E eu me joguei, abracei, eu tinha um tema, aí depois mudou completamente o meu tema. Então, um dos pontos-chaves pra mim que foi mais difícil, mais negativo, foi a questão do orientador. **A parte mais difícil pra mim da pesquisa, foi a questão de orientação, que eu não tive. Tudo o que eu fiz foi muito da minha cabeça,** cada reunião que eu tive com outras pessoas, não sendo com o meu professor, eu tinha que absorver tudo, do próprio grupo de pesquisa dele, eu tinha que sair absorvendo tudo pra captar qual era a mensagem. **Pra mim foi muito difícil a questão da orientação, foi o que mais me deixou decepcionada com pesquisa acadêmica, de você se propor, de você tá ali do lado com a pessoa, mas a pessoa não se interessa, então fica mais um trabalho, tipo mais um... mais uma coisa jogada no ar. Poxa, poderia ter sido acompanhada, eu poderia ter escrito, a pessoa lido, a gente ter discutido, ter debatido, e aí avança.** Então, **eu fiz minha dissertação inteira com base em mim, ninguém nem leu a dissertação, tudo o que eu fiz foi fruto do que eu pesquisei,** do que eu anotei, nada veio fácil [...] Ele deixou livre, eu acho que é o estilo de orientação dele, de que a pessoa fica livre pra escrever. Tudo bem, eu até gosto, a pessoa tem espaço, não é aquela pessoa que fica em cima o tempo inteiro, não é meticoloso em

cada detalhe. **Mas um mínimo de acompanhamento eu precisava.** Eu precisava daquela pessoa, de ela parar pra ler meu trabalho, e falar, “a gente pode fazer tal ponto, eu acho que a gente precisa explorar mais, a gente pode tirar isso aqui”, **porque eu não tenho muita experiência em escrita. Pra mim era muito importante ter um retorno** (Célia) (grifo nosso).

Em uma perspectiva ideal, a orientação acadêmica é uma relação pedagógica, na qual há criação de um elo entre orientadores e orientandos, que possuem direitos e deveres a serem respeitados (Viana; Veiga, 2010). No trecho da narrativa da orientanda Célia, vê-se, em contrapartida, uma postura de despreocupação do orientador em construir uma relação muito próxima a ela (Ferreira; Furtado; Silveira, 2009). A relação de orientação pressupõe que orientandos realizem um mínimo de diálogo com o tema de pesquisa do orientador, aceitando suas intervenções nas fundamentações teóricas, metodológicas e na construção da escrita no processo de pesquisa, enquanto orientadores se comprometem a ler, indicar textos, questionar, tirando os orientandos de lugares “seguros” durante todo o processo (Natera; De Franceschi, 2018).

Todavia, o relato da mestranda, se pensado dentro da lógica dos capitais, permite-nos deduzir que, para o seu orientador, a orientação acadêmica adquire valor reduzido no campo (Paulino, 2023). Os elementos que caracterizam a conduta do orientador, como “desinteresse” e “ausência de acompanhamento” evidenciam que ele não tinha o cuidado em se dedicar de forma mais profunda a essa prática, acarretando consequências negativas para a orientanda, que revela sentimento de frustração, abandono e de indignação. Do mesmo modo, a estudante de doutorado Júlia, expõe sua experiência de orientação ausente:

[...] **Sou mais autônoma, né? E mais sozinha também agora no doutorado, né? [...]** Então, eu nunca tive reunião com os meus colegas que são orientandos do meu orientador [...] Eu tive pouquíssimas orientações com o meu orientador. **Me sinto meio sozinha mesmo.** [...] de fato, não senti que, digamos assim, foi implementado um processo de orientação [...]. **Quem está ministrando sozinha a disciplina de estágio docência sou eu, ele só foi duas vezes.** [...] **Aí a gente marca orientações. Ele desmarca.** [...] no processo de orientação, ele **é muito evasivo.** [...] Então, por exemplo, eu peço determinadas ajudas a ele, e ele não dá. [...] Não orientada. É mais do que autônoma. **Eu não sou orientada** (Júlia)

Na fala da orientanda, assim como na experiência da estudante Célia, é possível identificar o que Ferreira, Furtado e Silveira (2009) ressaltam sobre um dos obstáculos no processo de orientação ser a ausência de dedicação do orientador para a prática de orientação. Como dizem Costa, Sousa e Silva (2014, p. 843) “dar autonomia ao orientando é diferente de não orientar”.

No entanto, conforme Bourdieu (2004), o campo acadêmico-científico é um espaço de relações de dominação, o que implica que os agentes no seu interior buscam não só contribuir com a ciência, mas, sobretudo, serem conhecidos e reconhecidos pelos pares dentro do próprio campo. Assim, é possível também inferir que a prioridade do seu orientador pode residir em se dedicar de forma mais profunda a atividades diversas da orientação, inclusive a outras práticas que são próprias do campo acadêmico (por exemplo, a publicação acadêmica) (Paulino, 2023), para ser reconhecido entre os seus pares e obter distinção dentro do campo acadêmico.

A prática de orientação ausente pode chegar também a um nível extremo, em que orientando e orientador perdem a capacidade de dialogar, comprometendo seriamente o êxito do processo de orientação, como retrata a orientanda de doutorado Beatrice:

Mas o que me incomodava muito nele [ORIENTADOR], é que era nítido que **ele não sabia o que eu tava fazendo, e nem ele queria verdadeiramente tomar conhecimento do que era a minha tese pra me ajudar**, pra gente ter uma discussão. **Só pra me questionar como interlocutor, eu não tinha um interlocutor. Então, fiquei muito no escuro** [...] Com crises de ansiedade, com travas [...], mas sempre com esse acompanhamento [PSICOLÓGICO]. Eu tinha uma versão da minha tese pra ser qualificada em abril. Tava tudo marcado, dia 4 de abril e aí com a história da pandemia, a gente até iria fazer a distância. Mas meu orientador era um cara já meio

velho, já tinha certa idade, ele era muito pouco avesso à tecnologia. Então, **ele travou minha qualificação. Ele segurou minha qualificação por cerca de três meses [...]** (Beatrice) (grifo nosso).

As incertezas geradas pela falta de suporte (do orientador) despertam maior ansiedade no estudante, como foi retratado por Beatrice. A ausência de orientação pode resultar em um progresso acadêmico lento ou mesmo interrompido, pois, sem orientação adequada, os estudantes podem ter dificuldade em concluir seus projetos de pesquisa no prazo, resultando em atraso no andamento da pesquisa e, inclusive, na culpabilização do estudante pelo atraso. Além disso, a falta de feedback e direção pode levar a problemas metodológicos e conceituais nos projetos, comprometendo a qualidade e o engajamento do trabalho acadêmico.

Com a ausência de orientação, o estudante se distancia do capital social, tão importante para a sua formação acadêmica. Afinal, o capital social estaria vinculado à capacidade de acesso a determinadas informações e oportunidades em razão dos relacionamentos e círculos sociais dos quais um indivíduo participa (ou não) (SÁ, 2018). Nesse sentido, a noção de capital social está relacionada à maneira como um indivíduo pode obter benefícios mediante a sua participação em grupos ou redes sociais e, sem um orientador para fornecer suporte e direcionamento, é possível que os estudantes se afastem e se isolem da comunidade acadêmica, sem integração com redes de pesquisa.

Ou seja, a intensidade dessa relação entre orientador-orientando perpassa aspectos de natureza social, contextual e intelectual (Halse; Malfroy 2009). Mas, quando não há uma orientação, quando o acompanhamento do orientador no trabalho de pesquisa do estudante está ausente, isso impacta diretamente no seu êxito e direcionamento acadêmico e profissional. Ou seja, nega-se o diálogo entre os envolvidos como fonte de aprendizagem, como forma de mediação, com a presença do outro (Santos; Maffei, 2010), sendo essa negação do diálogo e ausência, formas de dominação e, conseqüentemente, violências simbólicas. Dessa forma, estabelece-se ali uma relação parcial, ausente, afetando o modo como o estudante desenvolve, performa e percebe a sua pesquisa.

Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi explorar, com base em elementos teórico-empíricos, como a violência simbólica Bourdieusiana é exercida nas relações de orientação nos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Administração no Brasil. Observamos que a violência simbólica é expressa por formas sutis e arbitrárias de imposição de poder dos orientadores, e podem, ou não, ser reconhecidas como violência. Nos achados, percebemos que a violência simbólica foi exercida pelo medo provocado, pela indiferença, brutalidade, rudeza ou aspereza da comunicação, no desmerecimento do orientando, e até mesmo pela ausência de orientação.

A “imposição de normas condicionantes” vai além da imposição de normas ou regras, está associada ao dever de cumpri-las sob a condição de prejuízos, retaliações, abandono de orientação ou mesmo a desistência do aluno. A “desqualificação do estudante” é expressa pelas cobranças em público e pelos comentários negativos sobre o orientando, desvalorizando e desqualificando os seus esforços. Já as “ausências” são representadas como um “símbolo” do poder do orientador que se utiliza de sua posição dominante na relação de orientação para agir de forma ausente.

Este estudo demonstra como os fundamentos construídos por Bourdieu em suas obras (conflitos, relações de poder) transcendem o seu tempo e o seu lugar, e se fazem presentes no atual campo da pós-graduação. Lança luz para o modo como o orientador exerce seu poder simbólico e sujeita o orientando a um tipo de violência que permanece sendo normalizada e invisibilizada pela lógica cotidiana das práticas deste espaço. Ou seja, “A violência travestida faz seu *trottoir*”. Isso quer dizer que, assim como permeia as relações da sociedade, a violência simbólica também faz o seu “passeio” pelo campo acadêmico e, de modo particular, na prática

de orientação acadêmica, em virtude do desvirtuamento nas relações de poder entre orientadores e orientandos.

Essa reflexão nos leva a pensar nas implicações para o desenvolvimento dos próprios programas de pós-graduação. Quando as relações no seu interior são influenciadas por crises e distúrbios em função do desvirtuamento dessa relação de poder entre orientando e orientador, mediante pressões implícitas e explícitas das normas e valores acadêmicos impostos, sensação de abandono e hostilidade do ambiente, é possível que uma queda no interesse e desistência do estudante pelo seguimento da carreira acadêmica (Andrade, 2024; Revista Pesquisa Fapesp, 2024; Nexso, 2024) possa ocorrer. Os estudantes, ao perceberem que suas contribuições e identidades não são valorizadas, ficam mais suscetíveis à perda do interesse e da conexão com a carreira acadêmica.

A ideia deste trabalho não foi apenas falar sobre um tema velado, não discutido nos contextos acadêmicos, para chamar atenção para o problema ou porque ele não é discutido nesses espaços. Ao desvelar os mecanismos de uso e efeitos da violência simbólica, este estudo intencionou abrir espaço para fazer com que os envolvidos na prática de orientação tenham ciência sobre como a orientação acadêmica pode ser permeada por formas sutis de violência. Para contribuir com a diminuição desses comportamentos desvirtuosos, é importante que as instituições incitem a reflexão sobre o poder e a ética nas relações ao longo da educação científica e do desenvolvimento profissional. Os programas também podem se envolver mais em cenários e dilemas da vida real que os estudantes cientistas enfrentam, promovendo um ambiente de aprendizagem baseado na discussão que incentive a reflexão e o debate sobre esses problemas. É possível inculcar uma cultura de integridade e responsabilidade nas relações, tornando as considerações éticas uma parte fundamental da tomada de decisão na prática de orientação, ao invés de uma reflexão tardia (Albino *et al.*, 2024).

Para os orientadores, fornece oportunidade de reflexão de sua própria prática e de possíveis mudanças necessárias na forma como lidam e agem com o orientando. Ao dar voz aos orientandos, este estudo serve para demonstrar (inclusive a eles próprios) como pode se dar os usos de abusos de poder em uma relação que deveria promover seu crescimento intelectual. Ainda enquanto contribuição, fornece uma perspectiva teórica para a prática de orientação acadêmica, mediante uma análise crítica e reflexiva.

Percebemos que a violência simbólica na pós-graduação pode ser uma espécie de “pano de fundo” para diversas outras formas de violência, como situações de discriminação, racismo, sexismo, xenofobia na academia, por exemplo. E, enquanto limitação, o nosso estudo alcança apenas uma parte dessa problemática. Sugerimos também novas frentes de pesquisa sobre as repercussões dessas violências e de como esses prejuízos impactam a prática da ciência e de pesquisas no Brasil, bem como relacionam-se diretamente com a queda no interesse pela carreira acadêmica.

Nota

¹“A violência travestida faz seu *trottoir*” é uma canção da banda brasileira Engenheiros do Hawaii, que realiza uma crítica incisiva à normalização das inúmeras formas de violência praticadas e disfarçadas na sociedade.

Referências

- ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 3. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- ALBINO, C. et al. (2024). Preventing bad behavior in academia. **Science**, v. 385, n. 6704, p. 22-24, 2024.
- ALVES, M. V.; ESPÍNDOLA, I. C. P.; BIANCHETTI, L. A relação orientador-orientando na Pós-graduação stricto sensu no Brasil: a autonomia dos discentes em discussão. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 43, n. 29, p. 135-156, 2012.

- ANDRADE, R. O. de. Brazil's plummeting graduate enrolments hint at declining interest in academic science careers. *Nature*, p. 518-519, 2024. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/d41586-024-01504-8>> Acesso em: 26 jun. 2024.
- ANTUNES, A. L.; RODRIGUES, P. A. M.; BRANDÃO, Z. Hierarquias acadêmicas na pesquisa em educação. *Educação & Pesquisa*, São Paulo, v. 45, 2019.
- BAILEY, M. Snowball sampling in business oral history: accessing and analyzing professional networks in the Australian property industry. *Cambridge University Press*, v. 20, n. 1, p. 74-88, 2019.
- BISPO, M. S. Pesquisas qualitativas: para além do método na pesquisa qualitativa em ciências sociais. In: FAZZI, R. de C.; LIMA, J. A. de. **Campos das ciências sociais**: figuras do mosaico das pesquisas no Brasil e em Portugal. Petrópolis: Vozes, 2020.
- BOURDIEU, P. **Homo Academicus**. 2. ed. 1. reimp. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2017.
- BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**: Cursos no Collège de France (1989-92). Pierre Bourdieu; [edição estabelecida por Patrick Champagne... [et al.]]; tradução Rosa Freire d'Aguiar. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BOURDIEU, P. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, P. **Os Usos Sociais da Ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- BOURDIEU, P. **Sobre a Televisão**. Pierre Bourdieu; tradução Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- BOURDIEU, P. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.
- BOURDIEU, P. **Reproduction in Education, Society and Culture**. Translated by Richard Nice. Palo Alto: Stanford University Press, 1990.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Lisboa; São Paulo: Difel; Bertrand Brasil, 1989.
- BRANDÃO, Z. Operando com conceitos: com e para além de Bourdieu. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 227-241, 2010.
- CATALÁN, M. A. R. et al. El Estudio Educativo de Las Emociones: Una Aproximación Sociocultural. *Teoría de la Educación. Educación y Cultura en la Sociedad de la Información*, v. 7, n. 2, p. 28-44, 2006.
- COLLE, F. E. S. **Avaliação Docente à Luz de Pierre Bourdieu**: formação continuada dos professores do curso de ciências contábeis. (Dissertação Mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, Brasil, 2018.
- COSTA, F.; MARTINS, G. A. de. Um olhar bourdieusiano sobre as estruturas sociais do campo científico contábil brasileiro. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v. 13, n. 4, p. 8-32, 2017.
- GRENFELL, M. **Pierre Bourdieu**: conceitos fundamentais. Tradução: Fábio Ribeiro. Petrópolis: Vozes, 2018.
- HALSE, C.; MALFROY, J. Rethorizing doctoral supervision as professional work. *Studies in Higher Education*, v. 35, n. 1, p. 9-92, 2009.
- LEVECQUE, K. et al. Work organization and mental health problems in PhD students. *Research Policy*, v. 46, p. 868-879, 2017.
- MACEDO, P. S. G.; AZEVEDO, J. T.; QUINTANA, A. C. **Violência Simbólica no Campo Científico Contábil**: uma análise das pesquisas em contabilidade de uma IES do Sul do Brasil sob a ótica Bourdieusiana. In: XLVII Encontro da ANPAD - EnANPAD, 2017. Anais [...]. 2017.
- NATERA, G.; DE FRANCESCHI, W. O processo de escrita nos cursos de pós-graduação stricto sensu: a voz dos orientandos. **III Congresso Íbero-Americano de Humanidades**,

Ciências e Educação: Produção e democratização do conhecimento na IberoAmérica, 2018.

NEXO. **Por que o interesse em mestrado e doutorado está caindo no Brasil**, 2024. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/externo/2024/04/28/fuga-de-cerebros-mestrado-doutorado>> Acesso em: junho de 2024.

OLIVEIRA, H.; CONCEIÇÃO, M. Sofrimento mental de pós-graduandos na UNB: levantamento e propostas de solução. **6º Congresso Brasileiro de Saúde Mental**. Brasília-DF, 2018. Disponível em: Acesso em: março de 2020.

PAULINO, B. B. **A prática de orientação de mestrandos e doutorandos em Administração no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Administração) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

PESQUISA.FAPESP. **Cai interesse por programas de pós-graduação no país**, 2024. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/cai-interesse-por-programas-de-pos-graduacao-no-pais/>> Acesso em: junho de 2024.

PINHEIRO, P. T. **Under pressure: os afetos e as emoções nas práticas da pós-graduação em Administração**. Tese (Doutorado em Administração) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

ROSA, A. R.; BRITO, M. J. de. Ensaio sobre Violência Simbólica nas Organizações. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 16., n. 5, p. 629-646, 2009.

SANTOS, J. A Violência Simbólica: o Estado e as Práticas Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], n. 108, p. 183-190, 2015.

SÁ, M. **Filhos das Feiras: uma Composição do Campo de Negócios Agreste**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2018.

SANTOS, K.; MAFFEI, W. Aprendendo a Orientar. In: SCHNETZLER, R.; OLIVEIRA, C. **Orientadores em foco: O processo de Orientação de teses e dissertações em Educação**. Brasília: Líber Livro Editora, p. 59- 80, 2010.

SILVA, Y. F. O. de.; FERREIRA, J. R. R. Pós-graduação: a orientação coletiva como espaço de formação do futuro pesquisador. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 20, n. 65, p. 890-910, 2020.

SLABY, J.; MÜLHOF, R.; WÜSCHNER, P. Affective Arrangements. **Emotion Review**, v. 11, n. 1, p. 3-12, 2019.

SOUZA, R. B. de. Formas de Pensar a Aociedade: o Conceito de Habitus, Campo e Violência simbólica em Bourdieu. **Revista Ars Historica**, n. 7, p. 139-151, 2014.

SOUZA, L. P.; RAMOS, A. T. S. “O percurso do pesquisador”: uma análise interacionista sociodiscursiva dos conflitos e da relação orientador-orientando no desenvolvimento da pesquisa. **Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli**, v. 8, n. 1, p. 24-41, 2019.

TORRES, P.; BISPO, M. S. de. Hidden figures: Women’s experiences in management graduate courses in Brazil. **Organization**, p. 1–21, 2024.

VIANA, C. M. Q. Q.; VEIGA, I. P. A. O diálogo acadêmico entre orientadores e orientandos. **Educação**, v. 33, n. 3, p. 222-226, 2010.